

Planejamento vai liberar cerca de R\$ 10 bi a ministérios

Por Fabio Graner | De Brasília

O Ministério do Planejamento publicará hoje portaria direcionando cerca de R\$ 10 bilhões dos R\$ 12,8 bilhões de recursos orçamentários liberados na semana passada. A autorização será feita para diferentes programas dos ministérios, o que dará menos flexibilidade para as pastas executarem os recursos autorizados, segundo uma fonte explicou ao Valor.

Todos os ministérios devem ser contemplados, sendo que a Saúde terá à disposição R\$ 1,1 bilhão a mais, montante necessário para cumprir o mínimo constitucional. Educação vai ter cerca de R\$ 550 milhões. Programas na área de segurança aeroespacial, fundo penitenciário, carros-pipa, pagamentos ao Serpro, entre outros serão beneficiados com mais recursos.

A sistemática de liberação dessa

vez está sendo diferente de outras ocasiões, quando os limites globais de cada ministério eram alterados. Agora, o Planejamento ampliou uma "reserva" e, a partir dela, faz as autorizações de gastos para cada programa. A estratégia visa evitar episódios como a paralisação na emissão de passaportes.

A liberação do orçamento só foi possível graças à mudança na meta fiscal e à realização dos leilões da Cemig e de blocos de petróleo, no mês passado. Existe ainda a possibilidade de liberações adicionais de recursos, dado que os resultados dos leilões foram melhores que o previsto e porque o governo ainda pode conseguir até R\$ 4 bilhões a mais em precatórios;

Por outro lado, as negociações em torno do Refis podem gerar frustração grande de receitas (o Tesouro falou em R\$ 5 bilhões) e impedir ou reduzir o tamanho da eventual liberação..

Inflação de 2017 deve ficar abaixo dos 3%, admite ministro do Planejamento

Por Bruno Villas Bôas | Do Rio

O ministro do Planejamento, Dyogo de Oliveira, disse ontem, durante evento no Rio, que o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) deverá fechar o ano abaixo de 3%. Isso significa que a inflação vai ficar abaixo do piso da meta do governo - o centro da meta é de 4,5%, com margem de 1,5 ponto percentual, para mais ou para menos.

"A inflação deve fechar abaixo de 3% este ano. O próprio Focus hoje está com 2,95%. Então, deve ser o nível de inflação mais baixo desde o início do Plano Real. E as projeções para 2018 estão caindo, se aproximando de 4%. Isso deixa espaço para o processo de política monetária mais benigno", disse o ministro.

A projeção do ministro é inferior à prevista pelo Relatório Trimestral de Inflação do Banco Central (BC), de 3,2% para este ano. Também está abaixo, curiosamente, da previsão do último relatório de Avaliação de Receitas e Despesas Primárias, divulgado pelo próprio Ministério do Planejamento em setembro, de 3,5% para o fim deste ano.

Se estourar a meta, o presidente do Banco Central precisará divulgar carta aberta ao ministro da Fazenda apresentando as justificativas para o ocorrido. Isto já aconteceu três vezes tratando-se do teto da meta de inflação (2001-2003 e 2015), mas jamais ocorreu em relação ao piso da meta do governo.

O ministro, que disse desconhecer qual será a taxa básica de juros ao fim do ano, afirmou que a economia passa por um processo de recuperação em "bases reais", ou seja, sem estímulos do governo. Como pontos positivos, ele mencionou o desempenho da indústria, o aumento do rendimento médio real da população e da massa salarial.

"É uma recuperação gradual, mas é também uma recuperação contínua. Não teremos sobressaltos, aquela histórica de que agora acabou o incentivo tal e dá aquela engasgada. Isso não vai acontecer", disse Dyogo.

Segundo ele, a recuperação econômica e a inflação baixa abrem espaço para uma política monetária e de crédito mais favoráveis aos investidores. Neste ponto, ele prevê a retomada dos investimentos no país, com importante papel do Banco

Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) na estruturação de projetos.

Questionado sobre a devolução recursos do BNDES ao Tesouro em 2018, o ministro disse que a medida será avaliada no fim do ano, quando será possível observar a demanda por crédito e a capacidade da instituição "operacionalizar sua política de crédito". "Havendo espaço e podendo o BNDES fazer essa devolução, nós faremos dentro do limite", disse o ministro.

O ministro admitiu que a questão fiscal permanece desafio a ser superado pelo país e defendeu a reforma da Previdência para reequilíbrio das contas públicas. Segundo ele, enquanto o país deve apresentar déficit de R\$ 159 bilhões, a Previdência terá déficit de R\$ 260 bilhões neste ano. "Todo o déficit que estamos presenciando é derivado do déficit da Previdência", disse Dyogo.

"Só o crescimento da Previdência ocupa todo o espaço do crescimento do teto do gasto. É isso que está acontecendo e por isso temos que continuar perseverando na reforma da Previdência. O tempo do Congresso nos temos que lidar respeitando", disse o ministro do Planejamento.

Governo começa a liberar recursos. Saúde e CNPq serão beneficiados

Dinheiro virá dos R\$ 12,8 bilhões descontingenciados do Orçamento

Bárbara Nascimento

-Brasília- O governo começa a publicar hoje as primeiras portarias que vão liberar recursos do Orçamento para os ministérios depois que a equipe econômica afrouxou os cintos em

R\$ 12,8 bilhões. Estão no topo da lista de prioridades a ampliação dos gastos com Saúde, bolsas do CNPq, contratações de carros-pipa que levam água, sobretudo, para o Nordeste, e com o Fundo Penitenciário Nacional (Funpen).

As liberações devem envolver a maior parte dos R\$ 12,8 bilhões descontingenciados, mas uma parcela continuará em um fundo de reserva para atender a demandas que ainda estão em avaliação. Para assegurar o cumprimento da meta fiscal de 2017, que originalmente era um déficit primário de R\$ 139

bilhões, a equipe econômica contingenciou o Orçamento em quase R\$ 45 bilhões. No entanto, a meta foi ampliada em R\$ 20 bilhões, passando para R\$ 159 bilhões, o que deu espaço para que houvesse uma liberação de quase R\$ 13 bilhões agora.

Na semana passada, ao publicar o decreto de programação orçamentária que deveria detalhar o descontingenciamento, o governo informou que esses recursos seriam destinados inicialmente a um fundo. Dessa forma, os técnicos teriam mais tempo para avaliar com rigor a demanda por recursos de cada ministério, sobretudo porque já se sabe que o valor liberado não dará conta de todas as necessidades.

A intenção é liberar recursos para as áreas e programas que, com o arrocho fiscal, não teriam condições de chegar ao fim do ano. Dos R\$ 12,8 bilhões que serão liberados até o fim de 2017, R\$ 12,6 bilhões serão destinados ao Executivo; R\$ 7 milhões, ao Legislativo; R\$ 134,7

milhões, ao Judiciário; R\$ 19,5 milhões, ao Ministério Público; e R\$ 2,1 milhões, à Defensoria Pública. O governo espera ampliar ainda mais a liberação de gastos até o fim de 2017, sobretudo após o resultado dos leilões de usinas da Cemig e de blocos de petróleo e gás, que geraram uma receita extra de R\$ 4,2 bilhões. A insegurança, no entanto, é com o tamanho da perda com o novo Refis, que teve as regras muito alteradas durante a tramitação na Câmara.

No caso das usinas, o governo teve um ganho de R\$ 1,2 bilhão. Já os blocos de petróleo e gás renderam R\$ 3 bilhões acima do esperado. Segundo integrantes da equipe econômica, esse dinheiro, somado a receitas adicionais com precatórios que podem ingressar nos cofres públicos, criaram um ambiente favorável para a liberação de gastos. O problema é que as mudanças no Refis fizeram com que o programa tivesse a estimativa de arrecadação reduzida em R\$ 5 bilhões, de R\$ 8,8 bilhões para R\$ 3,8 bilhões.

Ministro insiste que Previdência é prioridade

NICOLA PAMPLONA
DE DO RIO

O ministro do Planejamento, Dyogo Oliveira, disse nesta segunda-feira (2) que o governo vai insistir para aprovar ao menos o texto da reforma da Previdência que passou na Comissão Especial criada na Câmara para analisar a matéria.

Oliveira frisou também que o governo precisa "respeitar o tempo do Congresso", mas que mudar a Previdência ainda é prioridade.

As declarações foram dadas em resposta ao presidente da Câmara, Rodrigo Maia, que disse na sexta (29) que a reforma será "menor do que o governo gostaria".

"Temos que insistir no texto que foi aprovado na comissão, que consideramos satisfatório", disse o ministro do Planejamento, em entrevista no Rio.

Essa versão, aprovada em maio, alterou pontos centrais da proposta original, ao implementar idade

mínima de 62 anos para aposentadoria de mulheres (ante os 65 pedidos pelo governo) e estabelecer regra de transição mais branda.

Em entrevista, Maia disse que o governo terá dificuldades para aprovar o texto.

Nesta segunda, o ministro do Planejamento fez uma defesa da reforma e criticou "tentativas de desinformar a população divulgando dados e estatísticas que não existem" para questionar o deficit da Previdência.

"O deficit é preocupante e vem crescendo de maneira muito rápida", afirmou Oliveira, argumentando que o rombo da Previdência, de R\$ 260 bilhões, é superior ao deficit fiscal do país, de R\$ 159 bilhões.

"Temos que respeitar o tempo do Congresso, há uma série de pautas em discussão", disse ele. "Mas, do nosso ponto de vista, a Previdência continua sendo a principal prioridade", concluiu.

Governo vai dividir R\$ 10 bi entre ministérios

Portaria com valores para cada pasta deve sair hoje; Integração Nacional e Defesa terão prioridade

Idiana Tomazelli / Brasília

O governo deve lançar mão de cerca de R\$ 10 bilhões que foram liberados do Orçamento deste ano para socorrer imediatamente os ministérios diante do risco real de "apagão" na máquina pública e em meio à tramitação da segunda denúncia contra o presidente Michel Temer no Congresso Nacional.

Segundo apurou o Estadão/Broadcast, todas as pastas serão contempladas em alguma medida na portaria prevista para sair hoje, sendo que Integração Nacional e Defesa devem receber os maiores volumes de recursos.

A portaria deve trazer o valor liberado por ministério, sem especificar os programas beneficiados, mas o dinheiro já foi "carimbado" durante negociações entre a área econômica e as pastas. O governo pretende garantir que

os valores serão usados para manter atividades de programas prioritários, como segurança pública e contratações de carros-pipa para abastecimento de água em áreas remotas.

Também receberão mais recursos o Sistema Único de Assistência Social (Suas), universidades federais, serviços de tecnologia da informação, bolsas de pesquisa do CNPq e atividade de controle do espaço aéreo. Os pedidos por mais verba chegaram a R\$ 30 bilhões, um valor impossível de ser atendido diante dos R\$ 12,824 bilhões que foram desbloqueados pela área econômica. Com a portaria, restarão cerca de R\$ 2,8 bilhões, que poderão ser distribuídos posteriormente após a avaliação de demandas pendentes.

Na sexta-feira, o Ministério do Planejamento informou que R\$ 12,66 bilhões dos recursos ficarão com o Executivo. Dentro desse valor, haverá expansão dos limites para empenho de emendas impositivas individuais (R\$ 673,8 milhões) e de bancada (R\$ 338,8

milhões), notícia importante para a Secretaria de Governo, comandada por Antonio Imbassahy, que faz a interlocução entre o Palácio do Planalto e os parlamentares.

O decreto publicado na sexta-feira destina R\$ 7,7 milhões para o Legislativo, R\$ 134,7 milhões para o Judiciário, R\$ 19,5 milhões para o Ministério Público da União e R\$ 2,1 milhões para a Defensoria Pública da União. Ainda restam R\$ 32,1 bilhões bloqueados no Orçamento, valor considerado elevado, segundo o próprio ministro do Planejamento, Dyogo Oliveira.

Há a expectativa de obter mais R\$ 2 bilhões a R\$ 4 bilhões com o resgate de precatórios (valores devidos pela União após condenação definitiva na Justiça) não sacados pelos beneficiários. A operação depende de parecer favorável do Tesouro Nacional, uma vez que essa parcela dos recursos está bloqueada devido a decisões judiciais, o que levou os bancos a não repassarem o dinheiro.

CONJUNTURA »

Correção do mínimo será a menor desde 2004

Queda da inflação nos últimos meses obrigará governo a rever previsão de aumento do piso salarial de 3,4% para 2,4%. Elevação deve ser de R\$ 22, bem abaixo dos R\$ 42 previstos na Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2018

ROSANA HESSEL
ANDRESSA PAULINO*



Edileusa diz que o aumento menor a manterá comprando apenas o básico

A queda da inflação tem ajudado a melhorar o poder de compra da população, mas vai fazer com que o reajuste do salário mínimo seja pequeno no ano que vem. Pelas contas do economista Bráulio Borges, da LCA Consultores, o governo precisará fazer uma nova correção na previsão do mínimo de 2018, da atual alta de 3,4% — prevista no Projeto de Lei Orçamentária (Ploa), enviado ao Congresso Nacional em agosto — para 2,4%.

Com a revisão, o mínimo deverá

ser fixado em R\$ 959, um aumento de R\$ 22 sobre o piso atual de R\$ 937. Será a menor correção em valores desde 2004 e ficará abaixo da de R\$ 42 prevista na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), que considerava alta de 4,5%.

A fórmula de reajuste do salário mínimo — criada em 2011 e que vigora até 2019 — considera a soma das variações Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) do ano anterior mais a do Produto Interno Bruto (PIB) de dois anos antes. Como não houve crescimento do PIB em 2016, o reajuste do mínimo de 2018 levará em conta apenas a taxa do INPC deste ano. Esse indicador de inflação será mais baixo do que o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), porque tem peso maior nos itens de alimentação, que puxaram a deflação entre junho e agosto.

Na opinião de Borges, o aumento menor do piso salarial tem um lado positivo para as contas públicas: ajudará a reduzir as despesas com benefícios previdenciários em R\$ 6 bilhões. “No Ploa de 2018, o governo reduziu a projeção para o mínimo de R\$ 979 para R\$ 969 e isso gerou um alívio de R\$ 3 bilhões nas despesas. Considerando a projeção mais recente da LCA para o INPC e o atual piso salarial, a próxima revisão deverá levar o mínimo em 2018 para R\$ 959, economizando outros R\$ 3 bilhões”,

explicou.

No entanto, para o economista e especialista em contas públicas Raul Velloso, a correção do salário mínimo apenas pela inflação não deve ajudar na expansão do Produto Interno Bruto (PIB), pois não estimulará o consumo. “Esse reajuste não vai contribuir sobre a atividade econômica porque não haverá aumento real”, afirmou. Por outro lado, como ainda haverá ajuste pela inflação, as despesas do governo continuarão crescendo enquanto a arrecadação crescerá em ritmo menor, o que vai fazer com que o governo gaste menos. “Enquanto não há reajuste em termos reais, não há crescimento sobre a demanda para ajudar na economia”, resumiu.

Alívio

Outro ponto negativo é que a economia com o piso salarial menor não será suficiente para aliviar o problema fiscal. O aumento apenas pela inflação, mesmo que baixa, implicará elevação de R\$ 6,6 bilhões nas despesas da Previdência, mais do que a economia com a correção do INPC. “Qualquer reajuste do mínimo nesta circunstância de crise fiscal vai aumentar a despesa. A regra atual prejudica as contas públicas e acredito que o próximo governo precisará propor uma nova lei de correção do salário mínimo, mudando para a variação do PIB per capita de dois anos atrás”, avaliou o economista e ex-diretor do Banco





Central, Carlos Eduardo de Freitas. Ele defende uma mudança no modelo. “Não tem que dar correção nenhuma na atual conjuntura”, afirmou. Desde 2000, o mínimo tem valorização acumulada de 520,5%, mais do que o dobro da variação do IPCA até setembro deste ano, de 206%.

Quem recebe salário mínimo, entretanto, quer mais do governo. É o caso de Edileusa Sousa Pereira, 34 anos, que trabalha como auxiliar de produção e acha que o justo seria um reajuste de, pelo menos, R\$ 50. “É muito pouco um aumento de R\$ 22. Vou continuar tendo que trabalhar para comprar apenas o básico e pagar as contas. Lazer e outras coisas que não são essenciais continuarão fora do meu poder aquisitivo”, lamentou. Edileusa tem um filho com problema auditivo e precisa pedir ajuda à mãe para pagar todas as contas da casa.

A auxiliar de limpeza Valmiria José da Costa, 43, acha que o ideal seria um reajuste de R\$ 100, no mínimo. “Tudo está muito caro! Não adianta nada aumentar R\$ 22, sendo que todos os produtos subiram mais que a inflação” disse.

* Estagiária sob supervisão de Rozane Oliveira





Ônus e bônus

Queda acentuada da inflação fará com que correção do salário mínimo seja menor do que o previsto na Projeto de Lei Orçamentária Anual (Ploa) de 2018

PARÂMETROS PARA 2018

	Ploa	Mercado/Focus
PIB em %	2,0	2,30
IPCA em %	4,2	4,1
Selic em %	8,0	7,0
Câmbio US\$/R\$	3,38	3,25
Valor do salário mínimo	R\$ 969	959*

*previsão LCA Consultores

EVOLUÇÃO DO MÍNIMO

Correção deverá ser a menor do Plano Real em termos percentuais

	Valores em R\$	Variação em %	Variação em R\$
1994	70,00*	—	—
1995	100	42,8	30
1996	112	12,0	12
1997	120	7,1	8
1998	130	8,3	10
1999	136	4,6	6
2000	151	11,0	15
2001	180	19,2	29
2002	200	11,1	20
2003	240	20,0	40
2004	260	8,3	20
2005	300	15,4	40
2006	350	16,7	50
2007	380	8,6	30
2008	415	9,2	35
2009	465	12,0	50
2010	510	9,7	45
2011	545	6,8	35
2012	622	14,0	77
2014	724	16,4	102
2015	788	8,8	64
2016	880	11,7	92
2017	937	6,5	49
2018	959**	2,4**	22

*válido a partir de setembro de 1994

**previsão da LCA Consultoria

Fontes: Ploa 2018, Banco Central, LCA Consultores e Previdência Social



Risco fiscal elevado

O quadro fiscal em 2018 tende a ser pior do que o deste ano. O Projeto de Lei Orçamentária Anual (Ploa) de 2018 está com previsão de crescimento abaixo das estimativas do mercado e precisa ser atualizado. Apesar de o mercado prever crescimento maior no ano que vem do que o próprio governo, de 2%, especialistas reconhecem que será difícil cumprir a nova meta, de rombo de R\$ 159 bilhões, sem aumento de impostos.

A economista Mônica de Bolle, pesquisadora do Peterson Institute for International Economics, de Washington, demonstra preocupação com a piora do quadro fiscal e não descarta estouro da meta. “Ninguém acredita que haverá problema fiscal até as eleições, mas todo esse pragmatismo de curto prazo impede que se veja o grande problema fiscal que o próximo governo enfrentará”, afirmou. Para a economista, falta clareza de que tipo de solução será dada, porque não há cenário sucessório definido.

Ela lembrou que os resultados negativos consecutivos desde 2014 levarão a dívida pública bruta facilmente para mais de 90% do

Produto Interno Bruto (PIB) em 2019, considerando a metodologia de cálculo do Fundo Monetário Internacional (FMI).

A estimativa de arrecadação com tributos no Ploa considera o IPCA de 4,2% e, pelas projeções do mercado, o índice está mais próximo de 4%. Logo, haverá redução na receita. Pelas contas do economista Fabio Klein, da Tendências Consultoria, um ajuste nesses percentuais implicará uma redução da previsão de arrecadação em torno de R\$ 2,3 bilhões. A Tendências prevê alta de 2,8% no PIB em 2018, mas Klein reconhece que, se o modelo fosse ajustado com PIB de 2%, o resultado primário negativo passaria de R\$ 156 bilhões para R\$ 167 bilhões.

Para ele, um dos maiores desafios será o cumprimento do teto dos gastos, porque não haverá mesma margem de corte deste ano, uma vez que o Ploa prevê apenas R\$ 65 bilhões de despesas discricionárias. “Com esse nível de gasto não obrigatório, a paralisação da máquina será inevitável”, alertou. Ele não descarta aumento de imposto em 2018. (RH)

BC vê poder de compra maior

O presidente do Banco Central (BC), Ilan Goldfajn, disse ontem em palestra na Universidade de São Paulo (USP), na capital paulista, que o salário mínimo tem poder de compra maior hoje do que no ano passado. Em 2016, destacou, a remuneração básica da economia, em R\$ 880, resultava em sobra de R\$ 185 após a compra de uma cesta básica, que em São Paulo custava R\$ 695. Em agosto passado, disse, a sobra era de R\$ 294, um aumento de 55% após descontada a inflação do período.

“A rápida queda da inflação elevou o poder de compra da população e ajuda a explicar essa recuperação via consumo. Esse é um movimento calcado em bases mais sólidas que no passado, pois baseia-se num aumento provavelmente permanente de renda e na redução do endividamento das famílias ocorrido nos últimos dois anos”, afirmou o presidente do BC.

Ilan reforçou a expectativa difundida no mercado de que a instituição tende a adotar um corte menor para a Selic, a taxa básica de juros, neste mês, na reunião do Comitê de Política Monetária (Copom). “Para a próxima reunião, caso o cenário básico evolua conforme esperado, e em razão do

estágio do ciclo de flexibilização, o Comitê vê, neste momento, como adequada uma redução moderada na magnitude de flexibilização monetária”, afirmou Ilan. “Além disso, nas mesmas condições, o Comitê antevê encerramento gradual do ciclo.”

O presidente do BC também voltou a dizer que o processo de cortes da Selic “continuará dependendo da evolução da atividade econômica, do balanço de riscos, de possíveis reavaliações da estimativa do ciclo e das projeções e expectativas de inflação”

Ele destacou que “a condução da política monetária foi decisiva para colocar a inflação em trajetória de queda”. Segundo ele, as condições de ociosidade da economia já estavam presentes em meados de 2016, mas o processo de desinflação somente se iniciou após a ancoragem das expectativas.

Ele repetiu que o conjunto de indicadores se mostra compatível com recuperação gradual da economia. Segundo ele, “é importante observar os dados de atividade nos próximos meses para verificar o ritmo de recuperação econômica.”